

MAIS UM ANO QUE PASSOU

No que diz respeito à disseminação do HIV e da AIDS no Brasil, 1994 bate à porta com o semblante sombrio de quem traz péssimas notícias. Diante da desmobilização da sociedade e da falta de sensibilidade das autoridades para este grave problema de saúde pública, nem mesmo os 250 milhões de dólares do Projeto do Banco Mundial terão o poder de conter nos próximos anos a propagação da epidemia de AIDS no país.

Em função do atraso na notificação de diagnósticos de AIDS por parte das Secretarias Estaduais, os dados oficiais relativos a 1993, divulgados pelo último Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, permanecem incompletos - 3.840 novos casos em 1993 e 43.445 casos acumulados desde 1980 - e só permitirão um balanço final aproximado dentro de 12 meses. Qualquer projeção baseada em números relativos aos anos anteriores leva, porém, à conclusão de que o número correto e atualizado de casos oficialmente acumulados desde 1980 deve girar em torno dos 50 mil. A taxa de subnotificação de cerca de 50% utilizada pelos epidemiologistas indica, além disto, que mais correto ainda seria trabalhar com um total acumulado de 75 mil casos. Na ausência de estudos de incidência e prevalência, o Ministério da Saúde continua, por outro lado, a operar com estimativas de casos de infecção pelo HIV que oscilam entre 450 mil e 600 mil.

É como diz Richard Parker, no texto que publicamos na página 4, **“... o Banco Mundial poderia duplicar ou triplicar seu empréstimo e mesmo assim não seria suficiente ... a epidemia continuará a crescer e seus custos, tanto em termos de recursos financeiros quanto em termos de sofrimento humano, continuarão sua escalada.”**

GUERRA DE BASTIDORES NO MINISTÉRIO DA SAÚDE

No Ministério da Saúde, a guerra de bastidores que antecede a liberação de verbas para o Projeto do Banco Mundial marca de maneira preocupante a virada do ano. Tudo indica, atualmente, que as rédeas do projeto estão sendo assumidas por uma equipe que, até agora, manteve-se alheia ao processo de planejamento e negociação. No final de novembro, fomos informados por um fax de Lair Guerra de Macedo que o Ministro da Saúde decidira localizar o Programa Nacional de Controle de DST/AIDS na Fundação Nacional de Saúde (FNS), afastar de suas funções o Dr. Paulo Roberto Teixeira - até então Coordenador Geral Adjunto do Programa - e substituí-lo pelo Dr. Fábio Moherdauí, da equipe da FNS. Apesar de não dispormos de informações suficientes para avaliar o impacto destas decisões, verificamos que bastou o despontar no horizonte da ainda imprecisa silhueta de um punhado de dólares, para que fosse afastado de suas funções justamente aquele que, no Ministério, era o mais sensível interlocutor das ONGs/ AIDS. Lamentamos esta decisão tomada sem consulta àquelas entidades, de um lado por acreditarmos que poderá ser prejudicial ao exercício do controle social que é condição imprescindível para o sucesso das políticas governamentais anti-HIV/AIDS e, de outro, por temermos que venha a ser precursora de outras medidas de caráter semelhante.

(N.E. A história se repete! O que está acontecendo agora em Brasília aconteceu também em muitos outros países. A liberação de verbas para o controle da AIDS leva quase sempre à substituição de lideranças tradicionais, na luta contra a epidemia por tecnocratas indicados pela cúpula do ministério ou do governo. O mesmo aconteceu também no Programa Global de AIDS, da Organização Mundial de Saúde, onde Jonathan Mann e Daniel Tarantola - os criadores do programa - foram substituídos assim que conseguiram mobilizar os recursos necessários a uma ação de impacto.)

MAIS CIDADANIA NA LUTA CONTRA A AIDS

Prevedo que a - ainda não garantida - liberação de verbas do Banco Mundial venha dificultar ainda mais as já incipientes possibilidades de um diálogo participativo com o Ministério da Saúde, a ABIA dirige novamente suas atenções à Comissão Nacional de AIDS. Em reunião de 15 de outubro de 1993, a Comissão discutiu e redefiniu suas funções e assumiu formalmente tarefas de articulação política e de mobilização de setores do governo e da sociedade civil para a luta contra a epidemia. É um passo à frente, não resta dúvida. Além disto, a Comissão decidiu rever também sua composição e solicitou através de ofício da Divisão de DST/AIDS - a Comissão, lamentavelmente, ainda não dispõe de voz ativa e só se manifesta através de ofícios da Divisão - que as ONGs/ AIDS indicassem, no prazo de duas semanas, aqueles que seriam seus representantes regionais na Comissão durante os próximos três anos. Considerando que não é possível eleger representantes de uma ou de outra ONG sem que todas tenham oportunidade de discorrer sobre o trabalho

que pretendem realizar na Comissão, oito ONGs de diferentes estados reagiram a esta solicitação e decidiram adiar a indicação de representantes até a realização - provavelmente em abril de 1994 - do VI Encontro Nacional de ONGs/ AIDS, que deverá ter lugar em Vitória.

(Ver na página 6 outras informações sobre a realização do Encontro e sobre a reformulação da Comissão Nacional).

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1993

Prezados Senhores(as),

As Organizações Não-Governamentais abaixo assinadas, ao tomarem conhecimento do ofício nº 1564 do Programa Nacional de Controle de DST/AIDS, onde, por deliberação da Comissão Nacional de AIDS, solicita que seja enviada a indicação de ONGs de cada região a fim de ser possível preencher as vagas de representantes de ONGs na Comissão Nacional de AIDS e,

Considerando que não basta eleger as ONGs representantes, mas é necessário que essas ONGs explicitem qual a proposta e qual o trabalho que pretendem desenvolver;

Considerando a realização do VI Encontro Nacional de ONGs/AIOS, onde se pretende determinar as várias representações diante do Ministério da Saúde;

Considerando que não há nenhum motivo impeditivo para que as ONGs que estão hoje na Comissão Nacional de AIDS continuem;

Resolvem sugerir às demais ONGs:

- Que seja adiada essa consulta até a realização do VI Encontro Nacional de ONGs/AIDS;*
- Que as atuais ONGs continuem na Comissão Nacional de AIDS até o assunto ser amplamente discutido e resolvido por ocasião do VI Encontro Nacional de ONGs/AIDS.*

ABIA

ARCA-ISER

Grupo Pela VIDDA/RJ

Grupo Pela VIDDA/SP

Grupo Pela VIDDA/Vitória

Grupo Pela VIDDA/Niterói

GAPA/SP

GAPA/RJ

GAPA/Fortaleza

O BANCO MUNDIAL E A AIDS

Richard Parker*

Há aproximadamente dois anos o Governo Brasileiro anunciou a finalização iminente de um acordo com o Banco Mundial para um empréstimo de 125 milhões de dólares (junto com a contrapartida de 125 milhões de dólares do Tesouro Nacional), a serem usados na luta contra a AIDS. Sucessivos Ministros da Saúde - primeiro Adib Jatene, depois Jamil Haddad e, mais recentemente, Henrique Santillo, colocaram suas esperanças - e praticamente toda a estrutura do Programa Nacional de Controle de DST/AIDS - na aprovação do empréstimo do Banco, de maneira a financiar grande parte da estratégia governamental contra a epidemia. A sociedade civil e as organizações não-governamentais, assim como o Estado e as Secretarias de Saúde, aguardaram pacientemente, na esperança de, finalmente, poder contar com parte desses recursos financeiros que certamente serão necessários para se responder à epidemia de HIV/AIDS nos próximos anos.

Ao desenvolver este projeto para o Banco Mundial, o Ministério da Saúde deu um passo importante ao procurar corrigir sua triste resposta à AIDS durante a primeira década da epidemia, de 1982 a 1992. Contudo, os resultados desta nova fase (e, na realidade, os recursos que há muito têm sido prometidos) ainda estão por ser vistos e avaliados. Na verdade, a capacidade do próprio Ministério de garantir o desembolso dos fundos e a administração das atividades não está de forma alguma assegurada, como demonstram os empréstimos anteriores do Banco, como o Projeto Nordeste. E, igualmente importante, embora a elaboração do projeto do Banco Mundial tenha contado com muitos dos melhores cientistas e profissionais de saúde do país, a filosofia básica implícita nas ações do Banco Mundial é questionável em uma série de pontos importantes.

Já que o Banco Mundial está localizado em Washington e recebe a maior parte dos seus recursos dos Estados Unidos, talvez não seja surpresa que as linhas gerais básicas do projeto do Banco (como projetos anteriores do Banco em outras áreas) reflitam as abordagens que vieram a dominar a estratégia americana contra a AIDS - quando muito, um modelo questionável, já que os Estados Unidos são o país com o maior número de casos notificados de AIDS no mundo. Baseado em um cálculo complexo de custos e benefícios, o projeto do Banco Mundial está nitidamente voltado para à tarefa urgente da prevenção primária da infecção pelo HIV na verdade, quase 50% dos seus recursos são dedicados a atividades de prevenção. No seu plano geral, uma gama de ações complexas se mesclam como parte de uma estratégia abrangente - vigilância sentinela à infecção pelo HIV, campanhas educativas nos meios de comunicação de massa, projetos de intervenção comunitários, serviços de testagem anônima para o HIV, marketing social da camisinha, etc.

Como no caso dos Estados Unidos, portanto, o projeto do Banco Mundial para o controle da AIDS no Brasil dirige-se a uma série de respostas técnicas para o que é visto como uma questão essencialmente médica. Contudo, se a experiência dos Estados Unidos, como a de praticamente todos os outros países, não tem demonstrado resultados diferentes, certamente

tem mostrado que a AIDS é muito mais do que uma questão técnica ou médica. Pois, como outras questões de saúde realmente importantes, é, sobretudo, uma questão política. Demanda respostas políticas vontade política. Soluções técnicas, na ausência de comprometimento político, oferecem pouca esperança de sucesso - como a experiência dos Estados Unidos durante os governos Reagan e Bush mostrou, com 213.641 casos de AIDS até 10 de janeiro de 1992.

Na verdade, a experiência dos países tem demonstrado que soluções tecnocráticas ao HIV/AIDS nunca tiveram sucesso. A medicalização da epidemia de AIDS ignora suas raízes sociais subjacentes sua associação com a pobreza e a opressão econômica, com a desigualdade social, preconceito e discriminação, com a negação dos direitos humanos básicos e da dignidade. Por último, só respondendo à epidemia dentro deste contexto social mais amplo é que a cadeia de transmissão do HIV poderá ser rompida.

A questão não é que o projeto do Banco Mundial para um programa de controle da AIDS pelo Ministério da Saúde não seja importante. Pelo contrário, a sua implementação bem-sucedida, aliada à sua transparência econômica e administrativa, deve ser garantida. No entanto, a verdadeira questão é que, mesmo sendo aparentemente tão importante, certamente não é o bastante. Na realidade, o Banco Mundial poderia duplicar ou triplicar seu empréstimo e mesmo assim não seria suficiente. Se a luta contra a AIDS continuar restrita à área médica e centralizada no Ministério da Saúde (como tem sido o projeto do Banco Mundial, em todas as fases de seu planejamento e elaboração), isto ainda não será suficiente para oferecer uma resposta adequada a uma epidemia que já está fora de controle. Se a AIDS não se tornar um foco de atenção não apenas do Ministério da Saúde, mas dos Ministérios da Educação, Justiça, Trabalho, Previdência (para começo de conversa) - se a luta contra a AIDS não se tornar um campo de batalha não apenas para as organizações não-governamentais que lutam contra a AIDS, mas para a comunidade de direitos humanos, movimentos sindicais e sociais e outros setores que lutam contra a injustiça e a desigualdade na sociedade brasileira - a epidemia continuará a crescer e seus custos, tanto em termos de recursos financeiros bem como em termos de sofrimento humano, continuarão sua escalada.

Por fim, até que a sociedade brasileira como um todo, em todos os níveis do governo e em todos os setores da sociedade civil, assuma totalmente o ônus da epidemia e a luta contra ela, não haverá uma solução técnica ou tecnológica capaz de resolver a epidemia de HIV/AIDS. Como pode ser visto na Campanha Contra a Fome coordenada, não por acaso, por Herbert de Souza e baseada, como a luta contra a AIDS, no princípio da solidariedade - apenas através da mobilização política da sociedade brasileira é que os recursos econômicos se tornarão importantes na luta contra a AIDS. Tomara que não tenhamos que esperar que 32 milhões de cidadãos brasileiros tenham se tornado soropositivos para começarmos a agir.

*** Coordenador Geral da ABIA**

ANO QUE VEM, EM VITÓRIA: VI ENCONTRO NACIONAL DE ONGs/ AIDS

E na Ilha do Boi, na bala do porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo, que terá lugar, entre os dias 21 e 24 de abril de 1994, o VI Encontro Nacional de ONGs/AIDS. Com a participação de representantes de 75 entidades de oito estados brasileiros, o Encontro promete ser o maior já realizado no país. Estruturado a partir dos interesses dos participantes, o evento pretende facilitar o debate sobre questões centrais para as estratégias de controle da epidemia de HIV/AIDS no Brasil, levando em consideração a importância de dois assuntos bastante polêmicos, os organizadores reservaram dois dias inteiros de debates para uma análise coletiva do **Projeto do Banco Mundial e do Programa de Testagem de Vacinas**. Os outros dois dias do Encontro serão consagrados a uma série de mesas redondas e a uma programação de aproximadamente 30 oficinas.

As mesas redondas, que contarão com a participação de expositores estrangeiros, serão dedicadas a temas abrangentes como **Avaliação de Intervenções Educativas e de Assistência, Políticas Públicas de Saúde/AIDS no Brasil, Planejamento Institucional Estratégico e Gerenciamento de ONGs/AIDS**. As oficinas, voltadas para a troca de experiências, serão desenvolvidas com a participação dos autores dos trabalhos e abordarão questões ligadas à assistência, à educação e também à capacitação e treinamento.

A partir de considerações eminentemente políticas, a Comissão Organizadora do Encontro de Vitória, integrada por representantes do GAPA/SP, GAPA/MG, ABIA e do Grupo Pela VIDDA/Vitória, espera que o VI Encontro Nacional permita o consenso necessário à indicação de um grupo de delegados que possam representar, de maneira um pouco mais real, as ONGs/AIDS presentes ao Encontro em instâncias decisivas como a Comissão Nacional de AIDS, o Comitê Nacional de Vacinas e seus consórcios estaduais (Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro).

Com o objetivo de criar condições para que cada entidade possa discutir internamente os diferentes temas e permitir que os delegados presentes ao Encontro possam representar suas entidades de forma efetiva e marcante, a Comissão Organizadora pretende, em tempo útil, enviar aos participantes os materiais de referência necessários a um engajamento construtivo.

O VI Encontro Nacional de ONGs/AIDS será realizado com recursos do Projeto do Banco Mundial e do Ministério da Saúde e teve suas inscrições encerradas no último dia 15 de dezembro.

SOLIDARIEDADE, MILITÂNCIA E INTERCÂMBIO

Nelson Solano *

Ao pensarmos um evento com as características do Encontro de Vitória, somos obrigados a pensar também a questão da militância política das ONGs/AIDS. Independentemente da maior ou menor ênfase estratégica que cada entidade dá à opção pela militância política, ela sempre foi e continuará sendo um fator importante no trabalho desenvolvido por essas organizações. Em um momento em que, como agora, o Programa Nacional de Controle de DST/AIDS do Ministério da Saúde se vê fundamentalmente atrelado à implementação do Projeto do Banco Mundial, uma reflexão sobre a questão da militância se faz mais que oportuna.

Em um encontro em que, pela primeira vez em 13 anos de epidemia, será possível reunir um número tão expressivo de entidades, a questão política não poderia ser deixada de lado. Colocada sobretudo pela relação entre ONGs e Estado e, mais especificamente, pela interação de ONGs com instituições governamentais de saúde dos Municípios, Estados e principalmente da União, esta problemática será exaustivamente discutida durante o Encontro, numa mesa redonda específica chamada **Representatividade e Parcerias**.

O que se espera do evento, é que possa se caracterizar por uma postura **construtiva**, determinada por **uma luta que é coletiva**, e por um esforço também coletivo de reflexão e decisão. A atual conjuntura da epidemia da AIDS no Brasil é tão complexa quanto a conjuntura política, econômica e ética predominante no país. O momento que atravessamos se faz ainda mais perigoso em função da arrebatadora sedução exercida pelos dólares provenientes do financiamento do Banco Mundial, sedução que pode levar as ONGs/AIDS ao cada um **por si** e ao **salve-se quem puder**. Não importando o montante dos recursos, o critério de seu uso deveria ser: racionalidade, produtividade e qualidade. Neste sentido, **cooperação** é a palavra chave para atingirmos tais objetivos.

O fato é que hoje, como sempre, a epidemia continua a escapar ao controle da sociedade e se africaniza mais e mais através da pauperização, da heterossexualização e da falência do sistema público de saúde, incapaz de responder a seus desafios. Neste momento, em que a vontade de união e a cooperação devem sobrepujar questões e interesses individuais das ONGs, vale, antes de mais nada, olhar para trás e considerar o longo caminho percorrido desde os encontros de Belo Horizonte, Porto Alegre, Santos, São Paulo e Fortaleza.

***Nelson Solano é Coordenador de Projetos da ABIA e representante desta entidade na Comissão Organizadora do VI Encontro Nacional de ONGs/AIDS.**

REPASSES DO BANCO MUNDIAL: A LONGA ESPERA

Para as 43 ONGs nacionais que tiveram um total de 73 projetos aprovados para financiamento com verbas do Banco Mundial, a espera pelo encerramento definitivo - e bem sucedido - das negociações com o Governo Brasileiro se faz longa e cheia de incertezas. O que a ABIA sabe, até agora, é que o total dos financiamentos aprovados na chamada Primeira Etapa da avaliação (48 projetos de 36 entidades) perfaz um total de US\$2.297.983, 1, nada se sabendo até o momento sobre o valor total dos projetos aprovados na Segunda Fase.

Uma reunião realizada em Brasília, entre 3 e 5 de novembro passado (ver Boletim **ABIA** 21), a convite de Paulo Roberto Teixeira, do Programa Nacional de Controle de DST/AIDS, e com a participação de representantes do ATOBA/RJ, GAPA/DF, GAPA/SP, ABIA/RJ, Pela VIDDA/PR, Casa Vida/SP, GENPAC/PA e GAPA/CE, permitiu o esclarecimento de pontos de interesse comum a todas as entidades. A partir de novas normas, estipuladas pelo Banco Mundial e aceitas pelo Ministério, os repasses serão feitos nos seguintes moldes:

- O valor máximo de cada projeto não deve ultrapassar um total de US\$100.000.
- O teto máximo de repasses anuais para cada ONG também não poderá ultrapassar US\$ 100.000/ano. Exceção será feita para as ONGs que conseguiram, em 1993, a aprovação de projetos que excedem este valor (três projetos no valor de US\$ 100.000 cada, por exemplo). A partir de 1994, não haverá mais exceções.
- Nada foi definido, por enquanto, quanto à renovação anual dos convênios estabelecidos com as ONGs que, por exemplo, apresentaram projetos de duração de dois ou três anos. Essas entidades de penderão, ao que parece, de duas possibilidades, sem que se saiba, por enquanto, qual delas irá vigorar: ou deverão rerepresentar anualmente seus projetos ao Comitê de Seleção; ou terão seus convênios renovados a partir do monitoramento e das avaliações realizadas ao longo do ano.

De qualquer maneira, essas entidades devem se preparar para receber financiamentos relativos ao primeiro ano de implementação de seus projetos. Os anos seguintes ainda estão sendo motivo de especulação.

Uma reunião (...) permitiu o esclarecimento do interesse comum a todas as entidades

- o PNC DST/AIDS deverá enviar (espera-se em breve) às ONGs uma relação do tipo de despesas que poderão ser feitas com as verbas do Banco Mundial.

- As condições impostas pelo Banco Mundial não permitirão o pagamento de salários de pessoas com carteira de trabalho assinada, nem despesas relacionadas a encargos trabalhistas. A única modalidade de contratação possível com verbas do Banco Mundial é a de prestação de serviços. (N.E. A este respeito, as ONGs argüiram Paulo Roberto no sentido de que o que está sendo solicitado burla as leis trabalhistas do país. No Brasil, após três meses de contrato de prestação de serviços: o profissional contratado pode dar entrada a uma ação trabalhista e requerer os seus direitos. Além do mais, para entidades que defendem os direitos e a cidadania, é um contrasenso não pagar o que é justo, sobretudo porque os quadros de algumas entidades são formados por pessoas soropositivas que necessitam, como qualquer outro cidadão, ter seus direitos trabalhistas preservados. Além disso, é complicado para as entidades fazer um **rodízio** de pessoal, ou seja, contratar uma nova equipe a cada três meses.)
- Quanto à corrosão, pela inflação, do valor da primeira parcela do convênio cujos repasses estão sendo feitos, as ONGs presentes foram informadas da impossibilidade de correção ou termo aditivo que reajuste esses valores. Por conta disto, às ONG só devem gastar quando receberem o dinheiro. Gastos realizados antes da assinatura do convênio e do recebimento das parcelas não serão aceitos na prestação de contas.
- O PNC DST/AIDS está organizando um programa de treinamento em que representantes das ONGs receberão orientações relativas à prestação de contas e à elaboração de relatórios financeiros.
- Os 73 projetos já aprovados são aqueles que foram aceitos sem restrição ou que necessitam de pequenas alterações, que podem ser feitas por carta ou telefone.
- Os projetos classificados como necessitando de consultoria ainda não foram aprovados e dependem de alterações substanciais.

(N.E. Entidades interessadas em apresentar projetos para financiamento pelo Banco Mundial devem escrever para: Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS, Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde (SAS), Esplanada dos Ministérios, Sobreloja, Brasília -DF, CEP 70058-900)

PROJETO VIVA A VIDA: TROCANDO O MEDO PELO SABER

Simone Monteiro* e Cristina Alvim Castelo Branco**

A necessidade de um Projeto sobre prevenção da AIDS dirigido à comunidade escolar tornou-se evidente em abril de 1992, quando o chamado Caso Sheila fez as manchetes dos jornais de todo o país. Moradora da cidade de São Paulo, a menina Sheila tinha cinco anos quando, por ser portadora do vírus HIV, foi impedida de renovar sua matrícula na escola particular que freqüentara no ano anterior. O escândalo ganhou o noticiário porque os pais da menina, reagindo ao injustificado veto da escola, foram à justiça reivindicar seus direitos. O presidente do Sindicato das Escolas Particulares de São Paulo e - pasmem - o então Diretor da Faculdade de Medicina da USP tomaram o partido da escola que excluiu Sheila, propondo a instalação de centros educacionais especiais destinados à segregação de crianças com HIV/AIDS.

Como muitos ainda se lembram, os pais de Sheila ganharam a ação na justiça, assim como o amplo apoio de vários setores da sociedade. Por outro lado, o acompanhamento do debate público gerado pelo Caso Sheila permitiu a constatação de um alto grau de desinformação entre os educadores e a necessidade de um trabalho sistemático de **democratização de informações relacionadas à AIDS, de eliminação do pânico gerado pela epidemia no meio educacional e de estímulo de comportamentos preventivos e solidários na comunidade escolar**. Procurando elaborar um modelo de intervenção que pudesse ser proposto às Prefeituras de diferentes cidades do país, a ABIA sistematizou a experiência do **Projeto AIDS**, que a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo desenvolveu durante a gestão da Prefeita Luiza Erundina. Deste esforço de sistematização nasceu o manual **AIDS e a Escola: nem indiferença, nem discriminação** e o projeto Viva a Vida.

Contando com o manual - que pode ser usado como material de referência por educadores interessados em abordar a questão da AIDS nas escolas - e com o livro *Um Jogo pela Vida*, dirigido a adolescentes, a ABIA passou a oferecer a diferentes Prefeituras do país serviços gratuitos de assessoria e treinamento de pessoal. As prefeituras interessadas - quatro até este momento - a ABIA propôs a assinatura de um Convênio de Cooperação Técnica que define os compromissos de ambas as partes.

VONTADE POLÍTICA X ENTRAVES ADMINISTRATIVOS

Da maneira como foi concebido originalmente, o projeto sugere que um ou dois profissionais de ensino de cada escola pública, interessados em trabalhar o tema, possam

desenvolver atividades com toda a comunidade escolar fora de seu horário de aula, promovendo eventos e reuniões com pais, funcionários, corpo docente, posto de saúde mais próximo, igreja, associação de moradores etc. Esses profissionais teriam também o compromisso de fazer o relato de suas atividades à equipe coordenadora do projeto - que deve ser nomeada pela Secretaria de Educação local e treinada pelo pessoal da ABIA, através de encontros periódicos. Durante encontros a serem realizados, será organizada a reciclagem desses profissionais e facilitada a troca de experiências, bem como a avaliação das atividades já desenvolvidas.

Para os educadores envolvidos no trabalho, este conjunto de responsabilidades e tarefas representa, porém, uma responsabilidade suplementar que, a nosso ver, deveria ser remunerada e exige ou o pagamento de horas extras ou a liberação de parte da carga horária dos educadores que participam do projeto. Ao lançarmos nossa iniciativa, imaginávamos que, por receber serviços gratuitos, ter facilitado o acesso a materiais de baixo custo e a metodologias que já comprovaram sua eficácia na prática, as Prefeituras responderiam a essas exigências e encontrariam maneiras de realizar esses e outros **investimentos internos** (ver box página 12). Ledo engano. Conforme pudemos verificar, por menores que sejam, esses investimentos podem representar uma barreira de difícil superação para muitas administrações.

Além disto, verificamos também que o projeto **Viva a Vida** só tem chances de sucesso em redes de ensino onde encontramos interlocutores motivados e verdadeiramente preocupados com a questão. Por maior que seja o interesse das Prefeituras e das Secretarias de Educação, o projeto depende da participação ativa de interlocutores educadores da própria rede - que assumam e divulguem internamente a iniciativa e sua metodologia. Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de se investir na parceria com as ONGs/AIDS locais, no sentido de estimular um trabalho em conjunto. Dentro desta perspectiva, a relação com as Secretarias de Saúde, as universidades e qualquer outra instituição com disponibilidade para uma colaboração deve ser sugerida e incentivada.

DIFICULDADES DE PERCURSO

Durante o ano de 1993, o **Projeto Viva a Vida** foi sugerido a 19 municípios e aceito por quatro: Nova Friburgo/RJ, Florianópolis/SC, Tocantins/TO e Belo Horizonte/MG.

A avaliação das atividades desenvolvidas este ano resultou na verificação da importância, especificidade e dificuldades do processo de negociação com as Secretarias de Educação. Neste contexto, além dos problemas já mencionados, é interessante citar as substituições dos titulares das Secretarias de Educação. Tanto em Florianópolis quanto em Belo Horizonte, o processo de negociações preliminares ao projeto sofreu com a troca de Secretários de Educação de um mesmo governo. Vale destacar também que algumas Secretarias de Educação, como por exemplo a do Rio de Janeiro, não responderam às propostas que lhes foram enviadas e que as greves que periodicamente paralisam as redes públicas de ensino (Duque da Caxias e Belo Horizonte) também criam problemas de difícil solução.

Preocupados em criar indicadores de avaliação que permitam dimensionar o impacto que o projeto tem alcançado, apesar destas dificuldades de percurso, a ABIA tem se preocupado em aplicar, de maneira sistemática, formulários de avaliação das oficinas de capacitação das equipes encarregadas da coordenação local dos projeto e um pré-teste sobre conhecimentos e atitudes dos alunos frente à epidemia.

PERSPECTIVAS

Em 1994, a ABIA pretende dar continuidade às atividades do projeto iniciadas nos quatro municípios que definiram um compromisso de trabalho. Pretendemos, além disto, incentivar a realização de seminários municipais e intermunicipais, para apresentação e avaliação das atividades das equipes coordenadoras, e investir na produção de materiais dirigidos aos jovens. Estes materiais, além de subsidiar a ação dos profissionais de ensino, pretendem oferecer à população de adolescentes brasileiros recursos que possam conscientizá-los sobre sua vulnerabilidade ao HIV e motivá-los a adotar comportamentos preventivos e solidários.

Para concluir, cabe ressaltar que a ABIA, não pretende desenvolver o projeto **Viva a Vida** em todo o país, mas sim registrar a implementação de um modelo de intervenção e avaliar seus limites e possibilidade em determinadas cidades do país. O que se espera é que a divulgação dos resultados dessas experiências incentivem a ação do governo e motivem a implementação de programas eficazes de prevenção à AIDS no universo escolar.

***Coordenadora do Projeto Viva a Vida**

****Assistente do Projeto Viva a Vida**

COMPROMISSOS DA ABIA

- Apoiar a Secretaria no planejamento, acompanhamento e avaliação das atividade do projeto.
- Assessorar a Secretaria na seleção e no treinamento da equipe coordenadora do projeto, através de Oficinas de Capacitação com vinte horas de duração, onde são abordado aspectos referentes a informação técnica, sexo seguro, perdas, preconceito e convivência com pessoas com HIV/AIDS.
- Assessorar a equipe coordenadora do projeto no treinamento e na capacitação de uma rede de multiplicadores de informação, integrada por professores, funcionários e pais de alunos.
- Colocar à disposição da Secretaria os fotolitos necessários à produção de uma tiragem local do livro *Um Jogo pela Vida* e do manual *AIDS e a Escola*.
- Incentivar a parceria com ONGs/AIDS locais, com a Secretaria de Saúde, a universidade, ou qualquer instituição interessada em colaborar com o projeto.

COMPROMISSOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- Designar um período de, no mínimo, 20 horas para a equipe responsável pela coordenação do projeto.
- Enviar ao legislativo municipal um projeto de lei que garanta a institucionalização de um programa de prevenção da AIDS nas escolas municipais.
- Desenvolver esforços para a constituição de um grupo intersecretarial responsável pela elaboração e implementação de um programa municipal de controle da AIDS que integre o **Projeto Viva a Vida**.
- Estimular a participação de ONGs/AIDS e instituições interessadas no projeto.
- Garantir, à equipe coordenadora, apoio logístico necessário a um bom andamento do projeto (meios de transporte, comunicações, instalações, entre outros).
- Garantir a dispensa de ponto ou outras medidas que viabilizem a participação de professores e funcionários nas oficinas de capacitação.
- Garantir a inclusão formal, na carga horária dos multiplicadores, do tempo necessário ao desenvolvimento de atividades extracurriculares relacionadas ao projeto.
- Buscar viabilizar, com base em um cronograma, os encargos financeiros referentes ao deslocamento e hospedagem dos funcionários da ABIA.

O DIA DA CURA E HOMENS: DOIS NOVOS VÍDEOS NA PRAÇA

Ao apagar das luzes de 1994, a ABIA e o IBASE-Vídeo finalizaram dois novos vídeos que, espera-se, poderão ser úteis às entidades mobilizadas na luta contra a AIDS. **O Dia da Cura**, baseado num texto homônimo do presidente da ABIA, Herbert de Souza (Betinho), é um vídeo-ficção sobre o dia da cura da AIDS, através do qual se pretende **desmantelar representações que fazem da AIDS um sinônimo de morte certa. Homens**, por sua vez, é um documentário baseado em **depoimentos de três homens que fazem sexo com homens, falam da homossexualidade e reafirmam diferenças, denunciando. Simultaneamente, a discriminação.**

O DIA DA CURA

Lançado no Rio de Janeiro, por ocasião das manifestações do Dia Internacional de Luta contra a AIDS, **O Dia da Cura** tem no elenco atores conhecidos como Eliane Giardini, José Mayer e Marcos Winter, além de Marília Gabriela e Leilane Neubarth, que representam jornalistas que anunciam ao mundo a cura da AIDS.

“Eu tenho que falar da cura! Se não, fica assim: a AIDS mata! Se pegar, pegou e pronto! Ninguém faz mais nada, não usa camisinha, não faz o teste...nada! A idéia da morte congela tudo, congela o próprio instinto de sobrevivência...” diz Sandro o protagonista da história (José Mayer) à sua mulher Nanda (Eliane Giardini), numa das primeiras cenas do vídeo.

- Vocês ficam falando de cura enquanto as pessoas morrem por falta de tudo... Será que estou estragando o circo da esperança?!. retruca ironicamente Arthur (Marcos Winter), durante uma palestra que Sandro faz numa universidade, enquanto tira do bolso um vidro de AZT vencido que recebeu num hospital público.

Usufruindo da liberdade permitida pela linguagem da ficção, o **vídeo vincula a AIDS à idéia da luta pela vida**, e se propõe a criar condições para uma reflexão sem medo sobre comportamentos individuais e coletivos relacionados à infecção pelo HIV. Enriquecido pela sempre bem-humorada participação de Cristina Pereira, e de muitos outros atores que contribuíram voluntariamente para sua produção, **O Dia da Cura** conta também com a participação do próprio Betinho, que assume o papel de um farmacêutico que entrega a Sandro o tão esperado combinado que permite vencer a AIDS.

Com 24 minutos de duração, este vídeo pode ser utilizado como instrumento eficaz por entidades interessadas em desconstruir o discurso terrorista que faz da AIDS um problema sem solução, diante do qual a sociedade e os indivíduos se vêem limitados à resignação. **O Dia da Cura** pode ser enviado aos interessados mediante reembolso postal, após solicitação por carta ou telefone. Preço em dezembro: CR\$4.500.

HOMENS

Integrado no projeto **Prevenção da AIDS entre Homens que Fazem Sexo com Homens**, implementado em parceria com os Grupos Pela VIDDA do Rio de Janeiro e de São Paulo - o vídeo **Homens** se baseia nos depoimentos de três homens que falam livremente da história e dos desdobramentos da homossexualidade em suas vidas. O vídeo se dirige ao público em geral, e não especificamente a homens que fazem sexo com homens. Assim como o projeto que lhe deu origem, o vídeo pode ser entendido a partir das seguintes definições:

- Seu **objetivo** primeiro é o de desmistificar a homossexualidade e sua ligação com a epidemia de AIDS, e de contribuir para a desconstrução dos preconceitos que parcelas da população manifestam em relação à homossexualidade.
- Sua **proposta conceitual** é a de demonstrar a viabilidade social de uma **cidadania homossexual**, como uma entre tantas outras modalidades de cidadania.
- Sua **hipótese de intervenção** se baseia na constatação de que a expressão generalizada de juízos e atitudes negativas relacionados à homossexualidade resulta na diminuição da auto-estima deste grupo e na insistência nos comportamentos de risco por parte de muitos homens que fazem sexo com homens.

Em função da complexidade dos objetivos pretendidos, o processo de elaboração do argumento deste vídeo foi longo e exaustivo. Estruturado a partir de uma colagem de extratos do áudio (muitos dos quais em **off**) de depoimentos pessoais de três homens, de origens socioculturais distintas, **Homens** é ilustrado por uma seqüência de **vídeo-retratos**, estilizados a partir da auto-imagem e das identidades assumidas e propostas pelos próprios depoentes.

É ao longo desta seqüência cadenciada de imagens parciais e fragmentadas que o vídeo (23 minutos de duração) oferece ao espectador a possibilidade gradativa de aproximação e de identificação com a problemática e com os personagens.

LANCAMENTOS

SEXUALITY, POLITICS AND AIDS IN BRAZIL: IN ANOTHER WORLD?

De Richard Parker e Herbert Daniel. Londres, Falmer Press Ltd., 1993.

Uma coletânea em inglês de diversos artigos dos autores, incluindo, além de textos inéditos, alguns textos que foram publicados em **AIDS: A Terceira Epidemia** (São Paulo, Editora Iglu, 1991). Edição atualizada, dividida em três seções: i) a construção social da AIDS no Brasil; ii) a cultura sexual, representações sociais e a prevenção da AIDS e iii) vivendo com AIDS: a perspectiva das pessoas com AIDS.

A AIDS NO MUNDO

De Jonathan Mann, Daniel Tarantola e Thomas Netter. Rio de Janeiro, ABIA, IMS/UERJ e Relume Dumará. 1993.

Lançado no encerramento do III Encontro Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e AIDS (Rio de Janeiro, 9-11 de outubro), **A AIDS no mundo** é a mais importante obra de referência sobre a primeira década da pandemia pelo HIV e AIDS. A edição brasileira inaugura a coleção História Social da AIDS, uma iniciativa editorial da ABIA IMS/UERJ e Relume Dumará Editora, que registra o curso da epidemia pelo HIV e AIDS e seus efeitos sociais no Brasil e no mundo.

Os interessados, além de encontrar o livro em livrarias, podem escrever ou telefonar para a ABIA solicitando exemplares, que encaminhamos por via postal.

Preço em dezembro por exemplar: CR\$4.200.

A AIDS NO BRASIL (1982-1992)

É o segundo volume da série História Social da AIDS, com lançamento previsto para março no Rio de Janeiro. Organizado por Richard Parker, Cristiana Bastos, Jane Galvão e José Stalin Pedrosa.

Como o primeiro volume da série, **A AIDS no mundo**, este segundo volume compreende as questões e debates que caracterizaram a epidemia pelo HIV/AIDS no decorrer dos 10 primeiros anos da epidemia no país. O livro está organizado em três seções: a epidemiologia da AIDS no Brasil; o impacto social da epidemia e DST/AIDS, políticas públicas e a sociedade civil, reunindo 17 artigos. Antecede a primeira seção uma introdução que sintetiza os percursos da epidemia no Brasil em sua primeira década e, fechando o livro, temos uma proposta mínima para um programa de AIDS no Brasil por Herbert (Betinho) de Souza, presidente da ABIA.

S.O.S. - BRASÍLIA

Respondendo em meados de dezembro a uma carta que lhe foi enviada pela ABIA em 9 de novembro, a Dra. Maureen Lewis, economista encarregada dos projetos do Banco Mundial na América Latina, confirmou formalmente que a liberação dos recursos necessários à implementação do Projeto do Banco Mundial para o controle da epidemia de HIV/AIDS no Brasil depende, agora, exclusivamente de decisões do governo brasileiro.

Em fax dirigido às ONGs/AIDS brasileiras, Lair Guerra de Macedo informou, por sua vez, que a assinatura do Acordo de Empréstimo do Banco Mundial com a República Federativa do Brasil depende atualmente das seguintes etapas:

- Aprovação pelo Congresso Nacional de Medida Provisória que resolverá as pendências existentes entre o Brasil e o Banco Mundial;
- Autorização do Senado para assinatura do Acordo;
- Prazo de 90 dias para apresentar despesas elegíveis a desembolsos retroativos (N.E. O que será isto?).

Encerrando seu fax, a Coordenadora Geral do Programa Nacional de Controle de DST/AIDS lançou um apelo dramático: **"Precisamos de apoio e pressão junto às lideranças políticas para aprovação da Medida Provisória. Caso esta Medida Provisória não seja aprovada, nenhum projeto de financiamento externo será implementado, o que resultará em tremendo retrocesso para este Programa."**

Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS - ABIA

Utilidade Pública Federal
Rua Sete de Setembro, 48/12º andar
20050-000 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 22416541 Fax: (021) 224 3414.

A ABIA é uma organização não-governamental, cuja finalidade é promover a educação e a informação para a prevenção e controle das epidemias de HIV/AIDS

Todas as nossas ações são baseadas nos princípios da solidariedade.

A ABIA organiza-se como instituição profissionalizada. Contamos com o apoio material e financeiro de várias organizações do Brasil e do exterior, tais como:

AHRTAG/Appropriate Health Resources and Technologies Group - BANERJ - CAARJ/RJ/Caixa de Assistência dos Advogados do Rio de Janeiro - CARITAS NORUEGA/Norwegian Catholic AID - Ceras Johnson - Cia. Vale do Rio Doce - Développement et Paix - EZE/Evangelische Zentralstelle Entwicklungshilfe e. V. - Family Health International - Fundação Ford - ICCO/Interchurch Organization for Development Cooperation - Interamerican Foundation - Jornal Balcão - McArthur Foundation - MILLS Andaimos - Ministério da Saúde - MISEREOR/Zentralstelle Entwicklungshilfe e. V. NAEHB/Petrobrás - NCCC/ National Council of the Churches of Christ-USA - OXFAM/Associação Recife - Oxford para Cooperação ao Desenvolvimento - Public Welfare Foundation - XEROX do Brasil

Expediente:

Boletim ABIA nº 22

dezembro de 1993

Publicação bimestral

Tiragem: 20.000 exemplares

Distribuição interna

Presidente: Herbert de Souza

Jornalista Responsável: Mônica Teixeira MT 15309

Editor responsável: Jacques Schwarzstein

Conselho editorial: Cesar Augusto Vieira, Christina Vallinoto, Cristina Alvim Castelo Branco, Jane Galvão, João Guerra, José Carlos Lapes de Almeida, José Stalin Pedrosa, Nelson Solano Vianna, Richard Parker, Salet Novellino, Simone Monteiro, Veriano Terto Jr.

Programação visual e produção gráfica: A 4 Mãos Ltda.

Editoração eletrônica: Tanara de Souza

Revisão: Anamaria Monteiro

Fotolitos: Jornal Balcão

Impressão: MCR Gráfica

Este boletim foi financiado com recursos liberados por: CAFOO - The Catholic Fund for Overseas Development e Caritas/Noruega - EZE/Evangelische Zentralstelle Entwicklungshilfe e. V. Apoio: Jornal Balcão (fotolitos) pelo programa "A Solidariedade é uma Grande Empresa".